

# ANTIGOS TEXTOS LITERÁRIOS DO ORIENTE PRÓXIMO PARALELOS À BÍBLIA E A QUESTÃO DA REVELAÇÃO E INSPIRAÇÃO

Angel Manuel Rodríguez \*

**D**escobertas arqueológicas feitas no Antigo Oriente Próximo durante os séculos dezenove e vinte revolucionaram o estudo das Escrituras de muitas maneiras e suscitaram novas e desafiadoras questões para os intérpretes. Atualmente é impossível estudar o Antigo Testamento (AT) sem considerar tais descobertas. A decifração dos hieróglifos egípcios, do antigo sumério, acádio, e línguas cananitas nos ofereceu ferramentas que possibilitam a leitura de textos escritos antes de Abrão e em alguns casos, textos compostos durante o período em que viveram os escritores bíblicos. Esta riqueza de material histórico e religioso provê uma boa fonte de pesquisa para a interpretação da Bíblia.

Contudo estas descobertas revelam o que parece ter sido uma íntima relação entre os costumes religiosos dos israelitas e o ambiente religioso do antigo Oriente Próximo. Consequentemente, a questão da peculiaridade da religião israelita, da maneira como é descrita no AT, tornou-se um tema relevante para os pesquisadores. Existem paralelos do antigo Oriente Próximo para a maioria das instituições sociais e religiosas e para muitas das noções religiosas. Estas similaridades assumem relevância crítica quando a questão da revelação e inspiração da Bíblia são abordadas.

## Tipos de Similaridades

Era natural que esperássemos encontrar muitas similaridades entre Israel e seus vizinhos próximos. As similaridades linguísticas são inevitáveis porque o hebraico é uma língua semítica intimamente relacionada com outras línguas semíticas de origem noroeste. Por exemplo, é um fato bem conhecido que a palavra *'el* é utilizada na literatura cananita como nome próprio da divindade mais elevada, mas na Bíblia o hebraico *'el* frequentemente é usado como um título para o Deus israelita. Isto não quer dizer que o Deus israelita deva ser Considerado como o mesmo *'el* cananita. Ainda mais interessante, é a utilização de frases ou títulos para designar certos tipos particulares de pessoas e suas funções. Por exemplo, por vezes em Israel o profeta era designado de “homem de Deus” (p.e. 1Rs 17:18, 24). Uma inscrição encontrada num selo fenício diz: “Pertencente a Baal-yaton, o homem de Deus, de quem Melqart depende”. Melqart era o Baal de Tiro, e este homem era seu profeta<sup>1</sup>. Naram-Sîn, filho de Sargão (c. 2200 a.C), consultou seu deus e apresentou a resposta que recebeu, dizendo, “A brilhante Estrela da Manhã

---

Angel Manuel Rodríguez é Diretor Associado do Instituto de Pesquisa Bíblica ligado a Associação Geral da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD).

<sup>1</sup>Lipinski, “North Semitic Texts”, em *Near Eastern Religious Texts Related to the OT*, ed. Walter Beyerlin (Philadelphia, PA: Westminster, 1978), 247.

falou desde os céus assim...<sup>2</sup>” Este mesmo título é aplicado a Jesus no NT (Ap 22:16). A declaração cananita, “Tu serás numerado entre aqueles que descendem da terra”, expressa o mesmo conceito encontrado em SI 88:4: “Sou contado com os que baixam à cova”. Isto aponta para um estilo poético comum de referência à morte.

A relação entre deuses e homens, particularmente o rei, era, em alguns casos, muito semelhante ao que se encontra em Israel. Quando atacado por seus poderosos inimigos, o rei disse:

Eu ergo minhas mãos ao Senhor do c[éu]s e o senhor do cé[us] me respondeu. [E] o senhor do céu [falou] a mim [através] dos videntes e através dos mensageiros. [E] o senhor do céu [me] disse: Não temas, eu tenho [constituído] a ti como rei, [e] eu estarei contigo e te livrarei de todos [estes reis que] montaram um cerco contra ti!” [O senhor do céu] assim falou a [mim, e pôs todos estes reis em fuga (?)].<sup>3</sup>

Parece ser uma passagem do AT, mas não é. Estava escrito numa inscrição votiva pelo rei Zakkur da Síria Setentrional e datado de 758 aC. Observe quantas destas idéias também eram encontradas no AT. Uma das mais importantes é esta do deus de Zakkur, que a semelhança de YHWH, concede a vitória ao rei sobre os seus inimigos. Não que eles juntamente com os seus vizinhos apenas acreditassem num Deus guerreiro; eles também acreditavam que Deus intervém na história e combate em favor do rei. Observe também aquelas frases como “Eu ergo minhas mãos”, “senhor do céu”, e o título “vidente”, que eram comuns no AT. O uso da fórmula profética “Não temas” é muito importante, que por sua vez, também é encontrada no AT (Dt 20:3-4; Is 41:13-14; 43:1,02; Jr 30:10-11).

A necessidade de que o rei confie no seu deus para a vitória é encontrada num hino de Assurbanipal. Ele diz, “Nem [... por] meu [poder] nem pelo poder do meu arco, (Mas) pela for[ça e pelo] poder da minha deusa, fiz com que as terras [desob]edientes a mim se submetessem ao jugo de Assur”<sup>4</sup>. O Salmista escreveu, “Não confio no meu arco, e não é a minha espada que me salva. Pois tu nos salvaste dos nossos inimigos e cobriste de vergonha os que nos odeiam” (44:6-7). A idéia básica é a mesma nos dois textos.

O *erem*, de acordo com o AT, ou guerras de extermínio, foram ordenadas por Deus contra as cidades cananitas. Atualmente é fato conhecido que divindades pagãs também ordenavam este tipo de guerra contra os inimigos do rei<sup>5</sup>. Tem sido dito que esta prática militar foi integrada à religião israelita “porque o *erem* auxiliava a descobrir a sua necessidade e trazia ordem e segurança para um ambiente caótico e hostil”<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> Benjamin R. Forester, *Before the Muses: An Anthology of Akkadian Literature* (Bethesda, MD: CDL Press, 1993), 1:267.

<sup>3</sup> Lipinski, “Semitic Texts”, 231.

<sup>4</sup> E Forester, 2:719.

<sup>5</sup> Ver Philip D. Stern, *The Biblical Eremi* (Atlanta, GA: Scholars, 1991).

<sup>6</sup> *Ibid.*, 218. As questões suscitadas pela prática de *erem* na Bíblia são muito complexas, tornando difícil prover uma resposta rápida e compreensiva. Contudo, há vários elementos a serem levados em consideração

No antigo Oriente Próximo os deuses atuavam como juízes. Era bastante comum a idéia de que eles se sentavam em tronos para julgar. Numa oração realizada antes de um ritual de adivinhação, o solicitante dizia, “Oh Shamash, senhor do juízo... aproxima-te para que possas jantar, para que te sentes no trono e efetues o julgamento!”<sup>7</sup> O tablete é datado de cerca de 2000-1500 a.C.

O fato de que YHWH, o Deus de Israel, é incomparável, é enfatizado com frequência no AT. Isaías escreve, “A quem me comparareis para que eu lhe seja igual? E que coisa semelhante confrontareis comigo?... eu sou Deus, e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim; que desde o princípio anuncio o que há de acontecer e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam...” (46:5, 9, 10)<sup>8</sup>. Lemos no cântico de Moisés e Míriam, “quem é como tu entre os deuses? Quem é como tu?” (Êx 15:11). Num hino de Gula, a deusa da cura, ela diz, “Sou sublime no céu, sou a rainha do mundo interior, entre os deuses sou sem par, entre as deusas nenhuma é igual a mim”. Lemos no grande hino de Marduk, “A despeito de tudo que os deuses do mundo habitado possam fazer, eles não podem ser como tu, Senhor” [ ] das profundidades do conhecimento, quem pode ser igual a ti?”<sup>9</sup> Mais uma vez, como se pode ver, existem similaridades linguísticas e conceituais.<sup>10</sup>

O cuidado providencial de Deus por este mundo é expresso num hino do deus egípcio Ra (c. 1365 aC) em linguagem similar a que encontramos nos Salmos: [Ra] “que criou a relva dá vida ao gado, e às árvores frutíferas para os seres humanos. Que cria condições para que os peixes do rio possam viver, e aos pássaros do céu”<sup>11</sup>. Sl 104:14, 25, 27: “Fazes crescer a relva para os animais e as plantas, para o serviço do homem, de sorte que da terra tire o seu pão... Eis o mar vasto, imenso, no qual se movem seres sem conta... Todos esperam de ti que lhes dês de comer a seu tempo.” No famoso hino egípcio de Akhenaten ao deus Aten (c. 1365-1348), o rei exclama, “Quão grandiosas obras fizeste! Elas estão ocultas da face (humana)...”<sup>12</sup> O Salmista também exclama, “Que variedade, SENHOR, nas tuas obras! Todas com sabedoria as fizeste” (104:24). A despeito das diferenças culturais, os seres humanos tendem a pensar e falar para e a respeito de Deus de maneira similar, pois parece que todos compartilhamos um tipo de percepção básica, geral e universal sobre a obra e a criação de Deus. Portanto, estas expressões religiosas pertencem à experiência comum aos seres humanos a respeito de Deus.

---

quando se procuram possíveis respostas. Quando se aborda este assunto é preciso levar em consideração os ensinamentos das Escrituras referentes a Deus, o mal, a sociedade humana, e a guerra. Soluções simplistas devem ser rejeitadas (p.e. o ponto de vista de que o AT percebia a Deus de um modo e o NT de outro; o escritor bíblico estava usando uma noção pagã que é de pequeno valor para nós). Os argumentos apresentados a seguir podem servir de auxílio ao se tratar com o problema de *erem* no AT.

1. *Parte de um determinado tempo.* Os textos bíblicos indicam que o extermínio dos cananitas esteve limitado basicamente ao período de conquista da terra. Diversas vezes Deus lembrou aos israelitas quão importante era o fato e a sua responsabilidade, dizendo-lhes, “Quando houverdes passado o Jordão para a terra de Canaã...” (Nm 33:51); “Quando o SENHOR, teu Deus, te introduzir na terra a qual passas a possuir...” (Dt 7:1; 12:1; 18:9). Isto indicava que o Senhor não esperava que o *erem* deveria ser uma característica permanente de Israel. Tem-se a impressão de que após a conquista haver se concretizado, os israelitas deveriam se envolver apenas com auto-defesa. Portanto, hoje não há apoio bíblico para a prática da guerra santa.

2. *Moralmente justificável.* Aqueles que se dirigem para a guerra pretendem vencer a qualquer custo, o que, por si mesmo, torna a exterminação do inimigo parte intrínseca do clima de guerra. Era exatamente este o caso no antigo Oriente Próximo. Curiosamente, o Velho Testamento fazia um esforço especial para demonstrar

Também temos elementos estilísticos que são similares àqueles encontrados no AT. Por exemplo, a fórmula de lamentação e as orações penitenciais também são encontradas numa oração akkadiana para Ishtar (datada de metade do segundo milênio aC):

Até quando, Ó minha Senhora, meus inimigos me contemplarão com olhares sombrios,

Porventura planejarão eles coisas más contra mim, com mentiras e enganos,

Porventura são aqueles que me perseguem e aqueles que me invejam a fim de rejubilarem-se sobre mim?

Até quando, Ó minha Senhora...?<sup>13</sup>

Compare com o Sl 13:1-2:

Até quando, SENHOR? Esquecer-te-ás de mim para sempre? Até quando ocultarás de mim o rosto?...

Até quando se erguerá contra mim o meu inimigo?

que a ordem de Deus para destruir os cananitas não era uma ordem arbitrária, tampouco era controlada pelos Interesses expansionistas do povo. O próprio Deus provia um motivo: os cananitas estavam oferecendo seus filhos em sacrifício aos seus deuses, envolviam-se com feitiçaria e bruxaria, e consultavam os espíritos dos mortos (Dt 18:10-12). Sua corrupção moral e religiosa havia alcançado um nível intolerável, além da graça. Foi isto o que o Senhor disse a Abrão centenas de anos antes: “Na quarta geração, tornarão para aqui; porque não se encheu ainda a medida da iniquidade dos amorreus” (Gn 15:16). Por ocasião do tempo da conquista os seus pecados tinham transbordado a “medida de tolerância”. Isto indica que Deus julga as nações com base no seu compromisso com os valores morais e práticas religiosas (cf. Gn 18:20-33). Deus estava executando um juízo contra: o pecado e os pecadores impenitentes da terra de Canaã, e este juízo era o final.

Há uma segunda razão apresentada para o extermínio dos inimigos de Israel: se eles permanecessem na terra, eles se tornariam em instrumentos corruptores para o Seu povo (Dt 7:4). Um povo santo requeria um lugar santo para viver. Este *erem* era a tentativa divina para organizar a nova ordem mundial fundamentada nos Seus princípios de justiça e amor; uma terra onde a paz e a segurança prevaleceriam. Qualquer coisa que ameaçasse a intenção divina deveria ser totalmente rejeitada.

3. *Os israelitas atuavam como assistentes.* E justamente este fato de que Deus escolhe os israelitas como Seus instrumentos neste tipo de guerra que suscita preocupações éticas e morais. Bem poucos se sentiriam desconfortáveis caso Ele tivesse utilizado as forças da natureza. Mas Ele usou a guerra. A guerra é uma característica inevitável de um mundo pecaminoso. Ao transformar as doze tribos de Israel numa nação com identidade política e ao declarar-Se o rei de Israel, Deus e Seu povo passavam a estar envolvidos no clima de guerra. Os seus inimigos seriam as outras nações que não estavam dispostas a reconhecer a reivindicação moral de Deus sobre eles, ao contrário, estavam desejosos de exterminarem o Seu povo. Mediante a conquista da terra, o Senhor da teocracia treina Seu povo para a guerra a fim de que eles cooperassem com Ele no cumprimento da Sua divina intenção para eles e para o mundo (Jz 3:1-2).

Nem tudo que está relacionado com este tópico pode ser compreendido, mas algo podemos saber, isto é, que Deus é amorável, bondoso e justo. Esta perspectiva bíblica sobre Deus deveria ser lembrada na discussão do tema em consideração. É Ele que através de um ato de amor e justiça exterminará o pecado e os pecadores impenitentes de nosso planeta a fim de criar um reino de paz eterna.

<sup>7</sup> Forester, 1:149.

<sup>8</sup> Ibid., 2:494.

<sup>9</sup> Ibid., 2:527.

<sup>10</sup> Num sistema politeísta de religião, a superioridade e incompatibilidade de uma determinada divindade deveria ser interpretada em termos da abrangência sobre a qual ela domina. Por exemplo, o deus ou deusa da guerra é incomparável neste desempenho específico.

Obviamente, esta era uma fórmula comum de lamentação utilizada no antigo Oriente Próximo para expressar um pedido impaciente na forma de uma oração.<sup>14</sup>

Há muitas outras similaridades estilísticas entre a literatura israelita e a do antigo Oriente Próximo, mas a maioria das similaridades são apenas formais, não são substantivas. No caso da literatura sapiencial encontramos formas similares e também ensinamentos similares. A seguir alguns poucos exemplos. Os Ensinos Egípcios de Ani, dos séculos XV e XIV, contêm a seguinte advertência:

Cuidado com a mulher da rua,

A quem ninguém na cidade conhece.

...

Ela é uma água profunda, cuja extensão ninguém conhece.

A mulher, cujo marido está distante, diz todos os dias para você:

'Eu estou bem (= bonita)!' quando ela não tem nenhuma testemunha.

Ela aguarda e prepara uma armadilha. Um crime e morte horrendos, quando descobertos.<sup>15</sup>

Podemos identificar algumas similaridades significativas com Pv 7:19-27, mas ninguém afirma que Provérbios tenha copiado do documento egípcio. O que os dois textos descrevem é uma experiência humana comum. Paralelos bem próximos aos de Provérbios são encontrados nos Ensinos de Amenemope (c. 1186-1070 aC). Por exemplo:

Melhor é a pobreza nas mãos de Deus  
Do que as riquezas no depósito;  
Melhor é o pão, quando o coração está satisfeito,  
Do que as riquezas com tristeza.<sup>16</sup>

O conteúdo é bastante similar ao que encontramos em Pv 17:1; e 15:17. Observe também que este tipo especial de provérbio, denominado de “provérbios selecionados”, é bastante comum na Bíblia (p.e. Ec 4). Israel e seus vizinhos parecem ter utilizado formas literárias iguais ou similares para expressarem as suas idéias.

Duas instituições sociais merecem uma breve menção porque ambas têm paralelos no antigo Oriente Próximo, são elas, a monarquia e o concerto. Tais

<sup>14</sup> Hellmut Brunner, “Egyptian Texts”, em Beyerlin, *Near Eastern Religious Texts*, 14.

<sup>12</sup> *Ibid.*, 18.

<sup>13</sup> Hartmut Schmokel, “Mesopotamian Texts”, em Beyerlin, *Near Eastern Religious Texts*, 110-11.

<sup>14</sup> Ver H. Ringgren, “Matay”, em *Theological Dictionary of the OT*, ed. G. Johannes Botterweck, Helmer Ringgren e Heinz-Josef Fabry (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1998), 9:102.

<sup>15</sup> Brunner, 48.

<sup>16</sup> *Ibid.*, 54.

paralelos não nos deveriam surpreender, porque os israelitas reivindicaram um rei “como o têm todas as nações” (1Sm 8:5). Contudo, o Senhor adaptou e reformulou esta instituição com base no concerto que Ele fez com Israel. O concerto era uma forma legal e comum do antigo Oriente Próximo, mas utilizado de modo singular pelos israelitas. Muitos paralelos são verdadeiramente impressionantes e indicam que os escritores bíblicos utilizam expressões, práticas, e imagens que são comuns no contexto cultural do antigo Oriente Próximo. Por isto é importante que o intérprete esteja informado destes costumes e práticas, porque eles realmente nos auxiliam a ter uma melhor compreensão de algumas passagens bíblicas.

### Abordagem do Problema das Similaridades

Tocamos apenas de leve em alguns tipos significativos de similaridades entre Israel e outras nações do antigo Oriente Próximo. Alguns consideram que as similaridades apresentam um problema difícil quando o tema é a singularidade de Israel. São duas as principais abordagens que têm se desenvolvido para tratar o problema<sup>17</sup>. Existem aqueles que procuram conceitos e comportamentos exclusivos a Israel; por exemplo, a noção bíblica do monoteísmo e a relação de Israel com o Deus que é Único. Outros argumentam que Israel e seus contemporâneos compartilhavam da mesma fonte de idéias e comportamentos e que a singularidade deve ser encontrada no modo pelo qual os israelitas reconfiguravam ou padronizavam aquelas idéias e comportamentos. Dificilmente, nestas discussões, são abordados os papéis da revelação e da inspiração<sup>18</sup>. As discussões são tentativas de explicar a origem da religião israelita partindo da perspectiva da sociologia e desenvolvimento das instituições sociais. Mas, para aqueles que consideram o AT como parte do cânon bíblico, é impossível não abordar a questão da revelação no contexto de similaridades entre Israel e seus vizinhos.

Parece que o problema que enfrentamos relaciona-se com o desenvolvimento

<sup>17</sup> Segundo Peter Machinist, “The Question of Distinctiveness in Ancient Israel: An Essay”, em *Ah, Assyria...: Studies in Assyria History and Ancient Near Eastern Historiography*, ed. M. Cogan and H. Tadmor (Jerusalem: Magnes Press, 1991), 197-200.

<sup>18</sup> Helmer Ringgren é uma exceção. Ele argumenta, em apoio a segunda posição, que na área das similaridades entre Israel e seus vizinhos “a importante obra de pesquisa... avaliar o uso israelita do material estrangeiro e a reinterpretação que ela suporta na estrutura da religião javística” [“The Impact of the Ancient Near East on Israelite Tradition”, em *Tradition and Theology in the Old Testament*, editado por Douglas A Knight (Philadelphia, PA: Fortress, 1977), 45]. Ele suscita a questão da revelação e argumenta que Deus no AT Se revela não apenas através do Seu falar mas particularmente através dos Seus atos na história. “Portanto, é concebível que aspectos da revelação de Deus também sejam encontrados entre aqueles outros povos ou, dizendo de modo diferente, que elementos de sua revelação tiveram acesso a Israel através da fé daquelas outras nações. Se Deus é capaz de usar os eventos da história para Se comunicar com Seu povo, Ele também seria capaz de usar tradições dos povos que tomaram parte nestes eventos para tornar conhecidos a Si e os Seus planos ao Seu povo. Seria por demais audacioso presumir que o pensamento ‘pagão’ acerca de Deus poderia conter centelhas de verdade?” (46). Não pode ser negado que alguns elementos de verdade podem estar presentes entre aqueles que não eram israelitas, mas o problema é como identificar as tradições não-israelitas através das quais Deus estava Se revelando para o Seu povo. O único controle disponível seria a revelação especial que o próprio Deus concedeu aos israelitas. Portanto, retornamos novamente à questão sobre o que é exclusivamente israelita no face-a-face com o antigo Oriente Próximo.

de um método que nos permitiria tratar adequadamente com similaridades e diferenças e que reconheceria, ao mesmo tempo, as características específicas de cada religião<sup>19</sup>. Alguns eruditos estão procurando desenvolver tal metodologia. Eles percebem que o método comparativo é, de fato, uma das disciplinas mais difíceis, devido a sua tendência natural de super-enfatizar similaridades e o seu perigo inerente de produzir conclusões que não tenham embasamento nas evidências. Contudo, existem alguns pontos pelos quais as evidências disponíveis nos indicam, e que devem ser bem lembrados quando se trata da questão das similaridades. Primeiro, realmente nós sabemos que Israel compartilhava, e de muitas maneiras, a cultura do antigo Oriente Próximo, mas, em segundo lugar, que Israel aparece na história e cultura do antigo Oriente Próximo como uma entidade independente e com seu caráter e identidade próprios.<sup>20</sup>

A singularidade de Israel no contexto do antigo Oriente Próximo não é um tema moderno que os eruditos estejam abordando pela primeira vez na história da religião do Antigo Testamento. O próprio AT testifica da peculiaridade do povo de Israel no mundo antigo. Peter Machinist apresenta 433 passagens nas quais é mencionada a particularidade de Israel<sup>21</sup>. A diversidade de passagens indica, de acordo com ele, que a questão de Israel ser um povo distinto “parece ter sido uma preocupação bem estabelecida, inclusive popular, em Israel, bem antes do advento dos organizadores do cânon no sexto século AC.”<sup>22</sup> Foi por causa de sua peculiaridade que Deus Se dispôs a usar Israel para abençoar as nações da terra (Gn 12:3). Portanto, a utilização do método comparativo não deveria ignorar a ênfase bíblica na singularidade de Israel.

### Diretrizes para o Estudo das Similaridades

Como tentativa de estabelecimento de limites para o método comparativo, alguns eruditos sugeriram alguns princípios a serem utilizados por aqueles que estudam as similaridades entre Israel e o antigo Oriente Próximo. Mencionaremos algumas que julgamos ser bastante úteis.

Primeiro, é de suma importância que se examine as diferenças e as similaridades<sup>23</sup>. Senão, com facilidade interpretaríamos erradamente as similaridades. Na verdade, a questão da singularidade de Israel não seria suscitada caso tivéssemos apenas similaridades. É em função da existência de diferenças e da reivindicação bíblica de peculiaridade que precisamos abordar a questão da natureza das similaridades ou paralelos.

<sup>19</sup> Helmer Ringgren, “Israel’s Place Among the Religions of the Ancient Near East”, *Vetus Testamentum Supplement* 23 (1972): 1.

<sup>20</sup> Isto é reconhecido, talvez em termos mais fortes, por Th. C. Vriezen, “The Study of the OT and the History of Religion”, *Vetus Testamentum Supplement* 17 (1969): 14-15.

<sup>21</sup> Machinist, 203-204. Entre as passagens encontramos Gn 26:4; 34:14-17; Êx 19:5-6; 22:20; 23:32-33; 34:10; Lv 18:3-4; Dt 4:6-8; 2Sm 7:22-24.

<sup>22</sup> Machinist, 208.

<sup>23</sup> H. Frankfort, *The Problem of Similarity in Ancient Near Eastern Religions* (Oxford: Clarendon, 1951), 17.

Segundo, estude os paralelos inter-bíblicos antes de comparar o texto bíblico com materiais extra-bíblicos<sup>24</sup>. Se o texto bíblico apresenta outras passagens similares àquela em discussão, é mais importante estudar aquele paralelo do que ignorá-lo e sair à procura de paralelos do antigo Oriente Próximo para interpretar o texto bíblico. Por exemplo, o verbo *kipper* (“fazer expiação”) é usado com frequência em diversas passagens rituais do AT. Mas o seu cognato acadiano, *kuppuru* (“remover, limpar”) também é usado em diferentes rituais. A fim de averiguar o significado do verbo no hebraico bíblico, é necessário estudar os diversos modos pelos quais foi utilizado nos rituais do AT. Dentro daquele contexto, *kipper* significa realizar ritos para a remoção do pecado e da impureza. Pecado e impureza são entendidos como violações das leis morais e religiosas de Deus e constituem uma barreira entre Deus e o pecador que necessita ser removida. Como veremos, isto é diferente do que encontramos na literatura acadiana.

Terceiro, quando se está tratando de fenômenos sociais é necessário estudar a função de um determinado fenômeno no próprio Israel antes de empreender comparações com fenômenos paralelos em outras sociedades<sup>25</sup>. A natureza e o papel do rei na sociedade israelita devem ser cuidadosamente analisados antes de decidir comparar esta instituição com as práticas do antigo Oriente Próximo. Este tipo de estudo revelará diferenças significativas e indicará que o sistema israelita era, em muitas maneiras único, a despeito de similaridades com outros sistemas.

Quarto, estude o paralelo do antigo Oriente Próximo procurando determinar qual era o significado da idéia, comportamento, ou instituição dentro do seu próprio contexto de vida<sup>26</sup>. A interpretação de uma peça da literatura ou uma prática social ou religiosa isolada do seu contexto cultural imediato poderia resultar numa distorção da evidência. Portanto, é indispensável que se leve em consideração toda a evidência disponível de um fenômeno em particular antes de compará-lo com outros que lhe são similares numa outra cultura. Permitam-me dar-lhes um exemplo moderno. Palavras, como “independência” e “liberdade” eram usadas durante a guerra fria, tanto na literatura comunista, quanto na americana. Mas, para compreender o significado ligado a estes termos era necessário ter uma clara compreensão das ideologias comunista e americana. Os termos são os mesmos, mas diferem de modo significativo dentro de cada cultura. O uso do verbo acadiano *kuppuru* provê outro exemplo. Quando este verbo é interpretado conforme a compreensão babilônica de atos rituais, irá se perceber que ele não é um paralelo relevante para o *kipper* bíblico. Naquela religião não era o pecado que se removia, mas o mal na forma de doença produzida pelos poderes demoníacos. Mediante mágicas e encantamentos o indivíduo procurava se libertar das suas aflições. Isto é diferente do que encontramos no AT, onde o próprio Deus, através de um ato de amor, perdoa pecadores e remove os seus pecados.

<sup>24</sup> Shemaryahu Talmon, “The ‘Comparative Method’ in Biblical Interpretation - Principles and Problems”, *Vetus Testament Supplement*, 29 (1978): 356.

<sup>25</sup> Talmon, 356.

<sup>26</sup> Vriezen, 13; Ringgren, “Israel’s Place”, 1; Talmon, 356.



Quinto, as comparações deveriam ser feitas com aquelas religiões que entravam em contato ou que pertenciam ao contexto geral de cultura e geografia israelitas<sup>27</sup>. Provavelmente elas proveriam os melhores e mais confiáveis paralelos para discussão e análise.

### Casos Críticos e a Questão de Revelação e Inspiração

Estas diretrizes poderiam servir de auxílio aos estudiosos, provendo-lhes parâmetros adequados, segundo os quais seria possível realizar estudos comparativos que evitassem a “paralelomania” tão comum entre os eruditos do século passado que levou muitos a concluir que a religião israelita era fortemente influenciada pela religião babilônica<sup>28</sup> ou a religião ugarítica (religião cananita). Porém, as diretrizes não tratam da relação entre similaridades e a revelação/inspiração do texto bíblico. Pretendemos abordar esta questão através das diversas discussões sobre os paralelos mais importantes entre Israel e o antigo Oriente Próximo. Aqui trataremos de duas áreas específicas: a lei e as práticas de culto. Examinaremos a natureza dos paralelos e suas implicações para a doutrina da revelação e inspiração.

#### A Lei Israelita

Atualmente dispomos de uma considerável quantia de materiais legais do antigo Oriente Próximo que poderiam ser utilizados a título de comparação, contribuindo para melhorar a nossa compreensão das antigas práticas legais<sup>29</sup>. Da cultura sumeriana temos as Leis de Ur-Namma (da cidade de Ur, c. de 2050 aC), as Leis de Lipit-Ishtar, quinto soberano da Primeira Dinastia da cidade de Isin (c. 1934-1924 aC), além de outras coleções pequenas. De Babilônia temos as Leis de Eshnunna (c. de 1700 aC), preparadas por Dadusha, soberano do reino de Eshnunna; as Leis de Hammurabi (c. 1750 aC), preparadas por Hammurabi, o sexto soberano da Primeira dinastia de Babilônia; e a coleção de quinze Leis Neo-Babilônicas datadas de c. 700 AC. Da Assíria temos as Leis da Média Assíria (c. 1076 aC), e dos hititas uma coleção de leis referentes ao Antigo Período (1650-1500 aC) que incluem leis dos períodos Médio e Novo dos hititas (1500-1180 aC). É necessário que eruditos adventistas examinem estas leis e as comparem com as leis

<sup>27</sup> Vriezen, 13.

<sup>28</sup> Para uma melhor noção sobre Pan-Babilonianismo, ver W. G. C. Gwaltney, Jr., “Pan-Babylonianism”, no *Dictionary of Biblical Interpretation*, ed. John H. Haynes (Nashville, TN: Abingdon, 1999), 2:233-34. Ele declara que o ponto de vista da cultura babilônica dominou o antigo Crescente Fértil “havendo surgido em torno de 1900 entre os cuneiformistas alemães, que afirmavam haverem todas as culturas e religiões antigas providas de uma mitologia astral se originado de uma fonte comum: Babilônia... Entre os mais recentes documentos descobertos estavam numerosos escritos religio-mitológicos, sugerindo que o hebraico da Bíblia refletia a antiga dependência israelita da cultura, mitologia e religião babilônica” (233). Ele acrescenta que eventualmente a teoria “tropeça por causa de suas reivindicações extravagantes e insubstanciadas” (234). Ver também H. B. Huffmon, “Babel und Bibel” *Dictionary of Biblical Interpretation*, 1:92.

<sup>29</sup> A mais recente tradução destes materiais legais foi feita por Martha T. Roth, *Law Collections from Mesopotamia and Asia Minor* (Atlanta, GA: Scholars, 1997).

bíblicas a fim de poder abordar a questão das similaridades e diferenças. A seguir faremos alguns comentários de caráter geral.

É preciso reconhecer que as similaridades entre estes materiais e os da Bíblia são inegáveis. Por exemplo, a estrutura das coleções, especialmente as da Lei de Hammurabi. Ela tem um prólogo que descreve a formação da lei dada, seguida de uma coleção de leis e, por fim, um epílogo<sup>30</sup>. A mesma estrutura pode ser encontrada no denominado Livro do Concerto em Êx 20-23<sup>31</sup>. A lei casuística (leis que tratam de casos; “se tal e tal ocorrer, então...”) exemplifica muitas das coleções, como também é o caso dos materiais bíblicos. Encontramos na Bíblia diversas leis entregues por Deus aos israelitas, que, com frequência, empregam imperativos, e que recebem o nome de leis apodícticas. Acreditava-se que tais leis fossem exclusivamente israelitas, mas o mesmo tipo de leis foi encontrado entre os vizinhos dos israelitas<sup>32</sup>.

Se observarmos algumas leis específicas perceberemos um número notável de similaridades.

Dt 24:7 “Se se achar alguém que, tendo roubado (sequestrado) um dentre os seus irmãos, dos filhos de Israel, o trata como escravo ou o vende, esse ladrão morrerá”;

CH 13: “Se um homem sequestrar um adolescente ou outro homem, será morto”.

Méd. Assíria A30: “Se um homem que apresentar o dom nupcial se agradar, ele tomará sua nora (i.e, a esposa do seu filho falecido) e a dará em casamento ao seu (segundo) filho”.

Dt 25:5-10: “Se irmãos morarem juntos, e um deles morrer sem filhos... seu cunhado a tomará, e a receberá por mulher, e exercerá para com ela a obrigação de cunhado”.

Lv 18:7, 29: “Não descobrirás a nudez de teu pai e de tua mãe... aqueles que as cometerem serão eliminados do seu povo”.

Hammurabi 157: “se um homem, depois da morte do seu pai, deitar-se com sua mãe, ambos deverão ser queimados”. [Não era pecado um filho manter relações sexuais com sua mãe, após a morte do pai, na lei hitita (LH 190)].

Na área das proibições religiosas, há muitas similaridades entre a legislação bíblica e as hititas, babilônicas e assírias. É interessante observar que o texto bíblico declara que e os egípcios e os cananitas não praticavam leis similares (Lv 18:3, 27-29), mas não diz nada a respeito dos hititas, babilônicos e assírios. Todavia, é bastante claro que “os israelitas não foram os primeiros, nem o único povo a honrar tal tabu”.<sup>33</sup>

Mais um exemplo da lei de Hammurabi 199: Se ele ferir a vista do escravo de um cidadão, ou quebrar o osso do escravo de um cidadão, ele pagará a metade do

<sup>30</sup> W. J. Harrelson, “Law in the OT”, *Interpreter's Dictionary of the Bible*, ed. George A. Buttrick (Nashville, TN: Abingdon, 1962), 3:79.

<sup>31</sup> Shalom M. Paul, *Studies in the Book of the Covenant in the Light of Cuneiform and Biblical Law* (Leiden: Brill, 1970), 36.

<sup>32</sup> Samuel Greengus, “Law: Biblical and ANE Law”, *Anchor Bible Dictionary*, ed. David Noel Freedman (New York: Doubleday, 1992), 4:245.

<sup>33</sup> Greengus, 246.

preço de compra”. Compare com Êx 21:26: “Se alguém ferir o olho do seu escravo ou o olho da sua escrava e o inutilizar, deixá-lo-á ir forro pelo seu olho”.

Samuel Greengus declara: “A similaridade entre as leis israelitas e pagãs é notável e inesperada. A linguagem pela qual as respectivas leis foram formuladas é às vezes tão próxima que são suscitadas questões sobre a originalidade e independência da tradição da lei israelita”.<sup>34</sup>

Como explicar estas similaridades? O que é único nos materiais legais israelitas? Uma conclusão lógica seria a de que os israelitas absorveram o seu corpo de leis das tradições legais do antigo Oriente Próximo. O problema que os eruditos enfrentam com esta solução proposta é o de que não há uma maneira de determinar como isto aconteceu. Um destes eruditos concluiu que “neste estágio do conhecimento... os reais mecanismos de contato e transmissão cultural ainda permanecem indefiníveis”.<sup>35</sup>

Outros eruditos têm reconhecido a influência da tradição legal do antigo Oriente Próximo sobre os israelitas, mas têm procurado demonstrar que existem algumas diferenças conceituais básicas que fazem do sistema israelita algo único. Por exemplo, as leis que tratam dos escravos são muito mais humanitárias na Bíblia do que noutras leis do Oriente Próximo. “As coleções de leis do antigo Oriente Próximo tratam principalmente dos escravos em relação à injúria praticada por terceiros, enfatizando, deste modo, a posição do escravo como um bem móvel. Contudo, a maior parte da legislação bíblica focaliza-se sobre o relacionamento de escravos com o seu próprio senhor, enfatizando, desta maneira a dignidade humana do escravo”<sup>36</sup>. A inclinação evidente da lei de escravidão israelita é “humanizar esta instituição” com base na crença de que há um Criador e que todos seres humanos foram feitos à imagem e semelhança de Deus. Havia também o fato de que o próprio Israel fora escravo no Egito.<sup>37</sup>

Algumas características específicas da lei israelita foram identificadas como exclusivas. Primeiro, ouve-se o argumento de que, ao contrário da lei do antigo Oriente Próximo, os israelitas percebiam que sua lei originou-se com o próprio Deus; Ele era considerado como o único legislador em Israel. Na Mesopotâmia, a lei era a corporificação da verdade cósmica, e Shamash seu guardião, mas não seu originador. O rei tinha como função estabelecer a justiça no seu domínio, e era ele quem expressava a verdade cósmica na forma da lei.<sup>38</sup> Os israelitas entendiam que a lei proviera diretamente de Deus.

Segundo, em Israel, como tem sido sugerido, a lei é uma expressão da vontade de Deus e, portanto, todos os crimes são considerados um pecado contra Ele, e não

---

<sup>34</sup> Harrelson, 534.

<sup>35</sup> Greengus, 247.

<sup>36</sup> Barry Lee Eichler, “Slavery”, em *Harper's Bible Dictionary*, ed. Paul J. Achtemeier (San Francisco: Harper and Row, 1985), 959. K. A. Kitchen, “Slave”, em *Illustrated Bible Dictionary*, ed. J. E. Douglas (England: InterVarsity, 1980), 3:1464, escreve, “Até mesmo quando a lei hebraica que trata de escravos compartilha algo comum com a herança do antigo mundo semita, há uma atenção especial, em nome de Deus, para com esta classe de indivíduos, que pelo seu status não eram pessoas, o que por si estava ausente das leis babilônicas e assírias”.

<sup>37</sup> Walter Zimmerli, “Slavery in the OT”, em *Interpreter's Dictionary of the Bible Supplement*, ed. Keith Crim (Nashville, TN: Abingdon, 1976), 829.

<sup>38</sup> Moshe Greenberg, “Some Postulates of Biblical Criminal Law”, em *Studies in Bible and Jewish Religion*, ed. Menahem Haran (Jerusalem: Magnes, 1960), 9.

podem ser perdoados por uma entidade humana<sup>39</sup>. Todos os aspectos da vida estão intimamente relacionados, através da lei, à vontade de Deus. Não é feita nenhuma distinção no material legal da Bíblia entre os âmbitos moral, civil, e religioso de vida. Eles são considerados como expressão da vontade de Deus.

Terceiro, uma vez que é Deus quem concede pessoalmente a lei ao Seu povo, eles são responsáveis diretamente perante Ele e não perante qualquer indivíduo ou entidade legislativa<sup>40</sup>. Cada indivíduo tem a responsabilidade de manter a justiça na terra.

Quarto, entende-se que a lei bíblica mantém o princípio da santidade da vida humana e, portanto, rejeita a pena de morte para os crimes contra o patrimônio<sup>41</sup>. O princípio básico é o de que a vida humana tem mais valor do que propriedades

Na verdade, estes princípios são úteis para se perceber a singularidade da lei israelita dentro do antigo Oriente Próximo. Mas eles não apresentam uma resposta para a questão da origem histórica da lei bíblica. Eles simplesmente descrevem o modo pelo qual os israelitas concebiam a sua lei e como ela era diferente dos demais códigos legais. Quando se trata da questão da origem da lei bíblica, a única informação que nós temos é a provida pelo próprio texto bíblico. O texto enfatiza o fato de que foi o próprio Deus que deu aquelas leis aos israelitas. De fato, Ele lhes apareceu no Monte Sinai e eles ouviram Sua voz e ele lhes deu o Decálogo (Êx 19:16-19; 20:1-19). O povo sugeriu que Moisés atuasse como o seu mediador, e o Senhor falou, “Tu, porém, fica-te aqui comigo, e eu te direi todos os mandamentos, e estatutos, e juízos que tu lhes hás de ensinar que cumpram na terra que eu lhes darei para possuí-la” (Dt 5:31).

Até que ponto podemos aceitar esta informação como verdadeira? Será que deveríamos interpretar a ênfase em Deus como o originador da lei como uma invenção literária, cujo propósito era revestir a lei de autoridade? Se era uma invenção literária, não temos nenhum precedente para ela. Primeiro, no antigo Oriente Próximo a autoridade da lei não estava fundamentada na sua origem divina, mas na autoridade do rei, que também se submetia a ela. Segundo, no caso da Bíblia, a lei está nela inserida e faz parte de sua narrativa histórica. O texto considera a concessão da lei a Israel como um evento histórico que ocorreu no Monte Sinai, após o povo haver deixado o Egito. A origem do povo de Israel, o momento no qual as doze tribos se constituíram em nação e a dívida da lei são inseparáveis. O momento histórico é o mesmo. Finalmente, o texto bíblico faz um esforço denodado para firmar o fato de que foi o próprio Deus que deu a lei ao Seu povo. O Senhor proclamou publicamente o Decálogo, tendo o evento sido testemunhado por todos os israelitas. Esta é a única maneira pela qual o texto bíblico explica a origem da lei, portanto, deveríamos encarar seriamente esta informação.

Para a comunidade de fé que reconhece a origem divina da Bíblia, soluções que

<sup>39</sup> Paul, 37; e Greenberg, 12.

<sup>40</sup> Paul, 38.

<sup>41</sup> Greenberg, 16-18.

tendem a reduzir o sentido pleno do texto tornam-se, pelo menos, questionáveis. Quando se assume a perspectiva de fé referente ao texto bíblico, avoluma-se o problema das inquestionáveis similaridades entre a lei bíblica e os códigos do antigo Oriente Próximo. O esforço pela busca das respostas deve integrar, tanto quanto possível, as evidências arqueológicas e o testemunho do texto bíblico.

Permitam-me sugerir um modo de abordar a questão das similaridades dentro do contexto conceitual da lei israelita, vista como uma revelação divina. Primeiro, algumas das similaridades poderiam ser explicadas pelo simples fato de que as pessoas são seres sociais que buscam viver em harmonia, num contexto de ordem social. Isto requer um consenso de valores sociais em comum, expressos em normas e leis que regularão a vida do grupo social. Os crimes sociais não variam muito de cultura para cultura, e mesmo o total de penalidades que podem ser cometidas são limitadas e também bastante similares. Visto que os valores sociais podem variar, ou pelo menos a hierarquia de valores pode ser diferente, é aceitável esperar encontrar similaridades marcantes, como também diferenças. Naturalmente, também poderíamos sugerir que Deus, como Criador, proveu para a raça humana um conjunto de valores e princípios básicos para regularizar o comportamento humano e, que alguns deles foram preservados em todas as culturas. Isto certamente explicaria muitas das similaridades.

Segundo, deveríamos considerar a tradição bíblica concernente a Abrão. É lógico concluir que ao deixar Ur, na Mesopotâmia, Abrão partiu com a tradição legal daquela região. Ele havia sido um cidadão daquela cidade, estava a par das leis que regulamentavam os diferentes aspectos daquela sociedade, tendo vivido segundo aquelas leis. Provavelmente ele estava bem familiarizado com um mínimo de leis civis da Babilônia. Ao viajar pela Palestina, ele passou a ter uma noção das tradições legais cananitas e egípcias, tendo, possivelmente, assimilado algumas delas no seu próprio estilo de vida.

Terceiro, deveríamos também considerar que de acordo com o texto bíblico, Deus fez um concerto com Abrão e lhe deu instruções legais específicas (Gn 17). É verdade que não temos um registro daquelas leis, mas refletiria valores e princípios compatíveis com o caráter de Deus que deveriam regulamentar a vida de Abrão e seus descendentes. Obviamente, estas novas leis não rejeitaram completamente todos os aspectos da tradição legal conhecida por Abrão. Senão, teria sido quase impossível para Abrão interagir com o povo que vivia ao seu redor.

Quarto, temos que reconhecer que as doze tribos de Israel não viveram num vácuo legal antes do Sinai<sup>42</sup>. As tradições legais dos antepassados de Abraão, Isaque e Jacó fizeram parte do seu legado histórico. Além do mais, eles estavam familiarizados,

---

<sup>42</sup> W. J. Harrelson escreve, "Costumes legais e sociais refletidos no livro de Gênesis receberam nova luz como resultado da recuperação de materiais compatíveis ao segundo milênio AC, encontrados a Noroeste da Mesopotâmia..."

"Estas indicações de uma tradição legal e social comum entre os ancestrais dos Israelitas e povos do noroeste da Mesopotâmia deixam claro que o período anterior ao Êxodo não é carente de leis e regulamentos comunitários. Os ancestrais dos israelitas não devem ser vistos como nômades dispersos sem qualquer tipo de tradição legal e separados do que é normal à vida tribal dos nômades. É altamente provável que na era pré-mosaica grupos tribais dentre os quais a comunidade de Israel deveria ser formada, tinham um sistema de procedimentos legais bem desenvolvido, com base nos costumes prevaletentes do antigo Oriente Próximo" (3:78).

pelo menos, com o sistema de leis cananita e egípcio. Quando ainda no Egito, o Senhor lhes deu leis que regulamentavam a Páscoa (Êx 12:1-30) e a consagração dos primogênitos. Pode até ser que Moisés tenha iniciado no Egito uma reforma referente a guarda do Sábado (5:4-21; cf. 16:4-35). Após o Êxodo, e após haverem alcançado o Sinai, o Senhor lhes deu algumas leis, cujo conteúdo não é declarado no texto (15:25c-26).

Quinto, Deus não arrancou Israel do seu ambiente cultural para lhes dar um sistema legal, total e radicalmente diferente daquele das nações em derredor. Para que os israelitas fossem um instrumento efetivo de Deus às nações da terra, era necessário que eles fossem similares, mas também diferentes daquelas nações. Agora Israel é uma nova nação trazida a existência por Deus, em cumprimento da promessa que Ele fizera a Abraão.

Por fim, se tomarmos seriamente o testemunho bíblico segundo o qual as leis israelitas foram entregues pelo Senhor, teríamos que concluir, no Sinai *Deus deu a Israel mais do que uma peculiar moldura legal de referência baseada em princípios únicos de valores sociais e religiosos. Ele também lhes deu um sistema legal que incorporou algo de sua herança legal do antigo Oriente Próximo que era compatível com o concerto que Ele fez com Seu povo como também novas exigências*<sup>43</sup>. Segundo o texto bíblico, o sistema legal israelita foi dado ao povo pelo próprio Deus. Ele não veio à existência através de um longo processo que alcançou seu clímax após o exílio babilônico. Algumas destas tradições legais foram modificadas pelo Senhor, tornando-as mais humanas e adaptando-as ao espírito e intenção do concerto que Ele fez com os israelitas. Na verdade, o produto final era exclusivo a Israel. Provavelmente era isto o que Moisés tinha em mente quando ele disse ao povo:

Eis que vos tenho ensinado estatutos e juízos, como me mandou o SENHOR, meu Deus... Guardai-os, pois, e cumpri-os, porque isto será a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que, ouvindo todos estes estatutos, dirão: Certamente, este grande povo é gente sábia e inteligente. Pois que grande nação há que tenha deuses tão chegados a si como o SENHOR, nosso Deus, todas as vezes que o invocamos? E que grande nação há que tenha estatutos e juízos tão justos como toda esta lei que eu hoje vos proponho? (Dt 4:5-8).

### O Culto: Serviços do Santuário e do Templo

É natural que se esperasse encontrar algumas similaridades entre o culto israelita e práticas cúlticas do antigo Oriente Próximo. A crença na existência de seres divinos conduz ao culto, a lugares e sistemas de culto, e líderes ou mediadores de culto. Os templos eram bastante comuns no mundo antigo e, inclusive sabemos

<sup>43</sup> Tem sido geralmente reconhecido que o concerto que Deus fez com Israel utiliza a mesma forma literária empregada nos concertos do antigo Oriente Próximo. K. A. Kitchen comenta, "Pelo menos existe pouca dúvida de que os hebreus primitivos utilizavam uma terminologia que era comum por todo o antigo Oriente Próximo e empregada num modo exclusivo para expressar a relação entre um povo e seu Deus soberano, seu Grande Rei, como algo que estava bem além de um mero relacionamento entre governantes humanos e outros estados" [*Ancient Orient and the Old Testament* (Chicago: InterVarsity, 1966), 102].

de altares sacrificiais de quatro pontas, semelhantes aos do santuário israelita. Evidências de Canaã mostram que ofertas queimadas e ofertas pacíficas eram oferecidas às divindades<sup>44</sup>. Estes dois sacrifícios eram muito comum nos serviços do santuário/templo israelita. Isto sugere que as duas linguagens “recorrem a uma herança comum de termos sacrificiais que se desenvolveram diferentemente em cada lado”<sup>45</sup>. De fato, contudo, quando colocamos a terminologia dentro do amplo contexto religioso de cada religião, revelam-se grandes diferenças. O sistema sacrificial no antigo Oriente Próximo parecia ter tido o propósito fundamental de satisfazer os deuses ou prover as suas necessidades, enquanto, na Bíblia, estas motivações específicas, além de estarem ausentes, são também rejeitadas (Sl 50). Os sacrifícios eram oferecidos a Deus como uma expressão de devoção, alegria e gratidão, e para fazer expiação pelo pecador arrependido. Uma vez que os sacrifícios eram vistos basicamente como uma prática religiosa universal de seres humanos, alguém poderia postular uma origem comum para ele e sugerir que seu objetivo e significado real é preservado na Escritura através de uma revelação e inspiração divinas.

Os seres humanos, no culto israelita, são descritos com estando em constante necessidade de purificação antes de se apresentarem perante Deus, sugerindo que por natureza os seres humanos são impuros e pecadores. Uma idéia similar é encontrada numa antiga invocação Acadiana dirigida a um deus anônimo: “Porventura pode haver alguém que não tenha pecado contra o seu deus, que tenha obedecido constantemente aos mandamentos? Todo ser vivente é pecador”<sup>46</sup>. Gênesis 8:21 diz: “é mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade”. Aparentemente, a lepra era vista, tanto em Israel quanto na Assíria como algo que impedia alguém de ter acesso ao templo e ao convívio social. Num tratado de vassalagem de c. 680 aC. durante o tempo de Esaradom, encontramos a seguinte maldição: “À luz do céu e da terra, o pecado pode cobrir a você de lepra e assim impedi-lo de ir a presença de deus e dos reis; (então) vaguear como um asno ou uma gazela selvagem pelos campos!”<sup>47</sup>

Os textos hititas indicam que o conceito de santidade lhes era familiar. “É utilizado, por exemplo, se alguma coisa deveria ser descrita como pertencendo exclusivamente à divindade, primariamente sua natureza divina, e então, talvez o território de uma cidade hostil que tinha sido destruída e dedicada a um deus, e que não deveria ser reconstruída (como Jericó). Também é empregado para templos, utensílios cúlticos, sacerdotes, sacrifícios, festivais”<sup>48</sup>. De algum modo isto soa similar àquilo que temos no AT, com a destacada diferença de que no culto bíblico o conceito de santidade realiza um papel muito mais importante, não sendo apenas um conceito cúltico, mas uma noção com conteúdo definitivamente ético.

<sup>44</sup> John Gray, *The Legacy of Canaan: The Ras Shamra Texts and Their Relevance to the OT* (Leiden: Brill, 1965), 192; Baruch A Levine, *In the Presence of the Lord* (Leiden: Brill, 1974), 8-20.

<sup>45</sup> Ringgren, 33.

<sup>46</sup> Schmokol, 108.

<sup>47</sup> *Ibid.*, 130.

<sup>48</sup> Cord Kühne, “Hittite Texts”, em Beyerlin, *Near Eastern Religious Texts*, 180 n. I.

Há vários paralelos que merecem uma atenção especial. O primeiro tem a ver com a edificação do santuário israelita. De acordo com Êx 25:8-9, Deus mostrou a Moisés o modelo que deveria ser utilizado para a construção do tabernáculo. O terrestre deveria seguir o padrão do celeste; ou seja, o santuário terrestre era símbolo de realidade transcendental. Esta idéia faz parte da fenomenologia dos templos no antigo Oriente Próximo e em outras partes do mundo. Gudea, o soberano da Suméria, teve um sonho no qual foi-lhe revelado o plano, escrito num tablete, para o templo de Ningursu, um deus da guerra e da fertilidade<sup>49</sup>. O relato babilônico da criação atribui a construção do templo de Marduque, a Esagila, em Babilônia aos deuses do tempo da criação: “Semelhantemente na terra ao que ele [Marduque] realizou no céu”<sup>50</sup>.

Encontramos no Egito uma idéia similar naqueles templos históricos que eram concebidos como tendo tido sua origem mitológica no momento da criação. “Isto é, o santuário físico, de fato, é concebido como uma extensão e continuidade de um protótipo mítico. Não apenas isto, mas os deuses podem definir a base real do recinto sagrado e fornecer as dimensões do templo, bem como sua cerca divisória. Por exemplo, acreditava-se que o templo de Re em Heliópolis tinha sido planejado pelo deus Toth, o escriba divino e inventor da escrita”<sup>51</sup>.

Conforme já foi declarado, isto é encontrado não apenas no antigo Oriente Próximo, mas também em outros lugares do mundo. Na construção do antigo santuário japonês para a deusa do sol Ameratu, ela própria “deu o oráculo que determinou a estrutura original de madeira, que tem sido regularmente refeita como uma réplica exata”<sup>52</sup>. Os templos hindus são considerados como sendo a expressão visual da força cósmica que criou formas inumeráveis; “ele é um modelo estático do cosmo” ou uma manifestação dele<sup>53</sup>. Em outras palavras, os modelos dos templos expressam uma realidade transcendental que pertence ao mundo divino. Mesmo no confucionismo, na China, o templo é considerado não apenas como uma construção, mas ele é “símbolo de uma ordem racional e perfeita designada pela moralidade Confuciana.”<sup>54</sup>

A idéia de que instruções específicas para a construção de santuários terrestres foram dadas pelos deuses aos homens e que a própria construção era o reflexo de uma realidade transcendental parece pertencer à consciência religiosa do homem e transcende aos limites culturais e regionais. Partindo desta perspectiva, seria

<sup>49</sup> Ver John Lundquist, “What is a Temple? A Preliminary Typology,” em *The Quest for the Kingdom of God*, ed. H. F. Huffinon, F. A. Spina, e A. R. W. Green (Winona Lake, IN: Eisenbraun, 1983), 211; e Jeremy Black e Anthony Green, *God, Demons and Symbols of Ancient Mesopotamia: An Illustrated Dictionary* (Austin, U of Texas P, 1995), 138.

<sup>50</sup> E. A. Speiser, “Akkadian Myths and Epics: The Creation Epic,” em *Ancient Near Eastern Texts Relating to the OT*, ed. James A. Pritchard (Princeton: Princeton UP, 1969), 68-69.

<sup>51</sup> Naum Sarna, *Exploring Exodus: The Heritage of Biblical Israel* (New York: Schocken, 1986), 202; H. Frankfort, *Kingship and the Gods* (Chicago: University P, 1978), 269-71).

<sup>52</sup> Harold W. Turner, *From Temple to Meeting House: The Phenomenology and Theology of Places of Worship* (Netherlands: Mouton, 1979), 28.

<sup>53</sup> Michael W. Meister, “Temple: Hindu Temples,” em *The Encyclopedia of Religion*, ed. Mircea Eliade (New York: Macmillan, 1987), 13:368, 373.

<sup>54</sup> Nancy Shatzman Steinhardt, “Temple: Confucian Temple Compounds”, em *The Encyclopedia of Religion*, 13:382.



correto dizer que um templo é uma parte de nosso mundo que

compartilha mais inteiramente com o reino celestial e deve se adequar à presença de Deus. Isto é, como tem sido, um pequeno pedaço do céu na terra, ou pelo menos seu correspondente ao original celestial como uma réplica terrestre, um espelho do seu modelo ou um microcosmo do cosmo como um todo.<sup>55</sup>

Visto que a noção de templo como uma manifestação de realidade celeste transcendental parece pertencer àquelas idéias religiosas Intuitivas que formam parte da consciência religiosa humana, não deveria se questionar que Israel aproveitou a idéia das religiões do antigo Oriente Próximo. De acordo com o texto bíblico, esta idéia foi incorporada na religião israelita num tempo particular da história e através de uma revelação divina. Por isto, a correção básica da convicção universal é reafirmada e ao mesmo tempo despojada de associações mitológicas e de qualquer outra aberração. No processo, o texto bíblico estabelece em bases sólidas a realidade da contraparte celestial à habitação terrestre de Deus e valida ou legitima o sentido do terrestre.<sup>56</sup>

Outro paralelo que merece atenção é o ritual do bode expiatório em Lv 16. Após a purificação do santuário haver sido efetuada, o pecado e impureza dos israelitas eram colocados sobre o bode Azazel e enviados ao deserto. Foram encontrados vários textos que descrevem um rito similar entre os Hititas e Babilônicos. Normalmente este tipo de ritual é denominado de “rito de eliminação”, cujo propósito é eliminar ou remover da comunidade ou do indivíduo certos tipos de males (impureza, pestes, infecção, etc.). Alguns poucos exemplos podem ilustrar este aspecto.

O ritual hitita de Pulisa prescrevia um ritual que deveria ser realizado quando o rei e seu exército, ao retornarem da guerra, fossem afligidos por uma praga. O rei deveria selecionar um homem, uma mulher, um touro e uma ovelha da terra do

---

<sup>55</sup> Turner, 26.

<sup>56</sup> É pertinente que se fale sobre as similaridades arquitetônicas entre o templo Israelita e outros templos do antigo Oriente Próximo. Seria difícil negar que a arquitetura do templo de Salomão incluía um certo número de elementos arquiteturais comuns a sua época. Lawrence T. Geraty analisou a evidência arqueológica disponível e concluiu que “enquanto o templo de Jerusalém se ajusta a um contexto cultural definido, ao mesmo tempo existem diferenças cruciais e significativas que tornam único o templo de Salomão. Talvez a distinção mais importante fosse o modo em que o templo funcionava na teologia israelita; ele não era o palácio onde os servos humanos de Deus supriam suas necessidades físicas, mas ele portava o Seu nome, e deste modo, o foco da atenção religiosa para o qual as orações se voltavam. O templo de Jerusalém era uma acomodação às necessidades do povo. Deus guiara os seus construtores (1Cr 28:11-12; et al), não num vácuo cultural mas entre opções disponíveis, para escolher uma disposição que já tivesse tido algum significado, sobretudo que pudesse ser modificada para ensinar a Israel o como e o porque era uma nação diferente dos seus vizinhos” [The Jerusalem Temple of the Hebrew Bible in its Ancient Near Eastern Context, em *The Sanctuary and the Atonement*, editado por Arnold V. Wallenkampf e W. Richard Leshar (Washington, DC: Review and Herald, 1981), 59]. A estrutura básica do templo de Salomão era a mesma do tabernáculo mosaico, e não há um paralelo exato a qualquer um deles. O que mais se aproxima é o plano geral do templo de Tell Tainat ao norte da Síria (era uma construção em três partes). Com relação a esta construção, disse Geraty, “o interior do santíssimo de Tainat não era quadrado; sua plataforma elevada não se estendia sobre toda a área da peça; e suas colunas estavam definitivamente dentro do pórtico (onde Salomão podia ou não estar). Além do mais, por ser datado no 9º século aC., ninguém poderia provar que ele não foi influenciado pelo templo de Salomão, uma suposição lógica, devido à fama e influência de Salomão” (55).

inimigo para o ritual. Eles eram apresentados ao deus ou deusa que provocara a praga. O rei ou a pessoa por ele designada, representando o exército, transferia a praga para as vítimas, que não eram apenas portadoras do mal, mas substitutas para o rei e seu exército. O rei orava, “Tu, deus masculino, sê apaziguado com e[ste] homem [pa]rmentado. Mas para o rei, os [líderes], o e[xército, e a] terra de Hatti, tor[na-te fi]elmente. [ ] Mas permite que este prisioneiro r[eceba] a praga e [a] leve de volt[a para a terra do inimigo.”]<sup>57</sup>

Acreditava-se que alguma das divindades locais enviasse o mal, e o propósito do ritual era de devolvê-lo para a terra do inimigo, para o lugar de onde veio. A idéia de transferência de um mal coletivo para um lugar fora do arraial está presente em Lv 16, mas não a idéia de apaziguamento da divindade. Isto é compreensível porque na religião israelita há apenas um Deus. Azazel, como uma figura demoníaca, não precisa ser apaziguado ou derrotado. O bode para Azazel não é um substituto para o sumo sacerdote exatamente porque a idéia de apaziguamento está ausente no texto. Sim, contudo há algumas similaridades, mas quando o ritual é colocado dentro do contexto conceitual de cada religião, as diferenças tornam-se notórias.

Num outro caso, uma pessoa se encontra enferma, e para remover o “mal da enfermidade”, uma corda de arco é amarrada às mãos e aos pés da pessoa, e então removidos dela e amarrados num rato. A pessoa encarregada do ritual diz, “Eu tirei de você o mal e o coloquei sobre o rato. Que ele o leve até as elevadas montanhas, aos vales profundos (e) aos caminhos longínquos’. Ela leva o rato (dizendo): ‘Alawaimi, leve (este) rato, e eu lhe darei um bode para comer’”<sup>58</sup>. O rato não é um substituto, mas a semelhança do bode emissário, ele é um meio de transporte utilizado para retirar o mal da pessoa e mandá-lo embora.

O melhor exemplo proveniente de Babilônia é encontrado no ritual para a purificação do templo. O sacerdote oficiante pega a carcaça de um carneiro e “limpa o templo com a carcaça do carneiro. Ele recita o encantamento para exorcizar o templo. Ele purifica todo o local, inclusive as áreas adjacentes e depois toma o incensário. O mashmashushu toma a carcaça daquele carneiro e se dirige para o rio”<sup>59</sup>, ele se volta para a direção ocidental e lança a carcaça daquele carneiro no rio”. Como em Lv 16 o contexto trata de purificação do templo/santuário. No processo de purificação, o mal é transferido para um animal morto cuja carcaça é lançada no rio. Deste modo, temos uma noção de purificação do templo, de transferência e de remoção do mal do seu interior. Todavia as similaridades são apenas superficiais.

Na religião babilônica, o que contaminava o templo não era o pecado ou a Impureza do povo mas os demônios. Estes demônios eram uma ameaça potencial à divindade, e era necessário removê-los do templo uma vez por ano. Isto era feito através da carcaça do carneiro. Os demônios se apagavam à carne do animal e

<sup>57</sup> David P. Wright, *The Disposal of Impurity: Elimination Rites in the Bible and in the Hittite and Mesopotamian Literature* (Atlanta: Scholars, 1987), 46.

<sup>58</sup> *Ibid.*, 57.

<sup>59</sup> *Ibid.*, 64.

retornavam para o submundo de onde tinham vindo. Na mitologia babilônica, os demônios habitavam no submundo e tinham acesso ao mundo dos vivos através dos rios. O lançar da carcaça no rio indicava que eles eram devolvidos aos seu lugar de origem. Em Israel o templo era purificado do pecado e impureza do povo e não de uma presença ameaçadora de demônios. Contudo, em ambos os casos há a remoção do mal e seu retorno ao lugar de origem.

É óbvio que Deus estava empregando uma prática ritual comum do antigo Oriente Próximo para comunicar a verdade que não era transmitida através da realização do ritual em si em nenhuma outra religião. Em outras palavras, Deus selecionou uma prática ritual e a investiu de um significado particular que lhe era estranho. Deus estava intermediando um novo conhecimento através de estruturas de conhecimento já existentes. Ele condescendeu em utilizar o que estava disponível aos israelitas a fim de conduzi-los além de suas limitações cognitivas para uma compreensão melhor do Seu plano para eles.

### Conclusões

Simplemente é impossível negar que há significativos paralelos entre o AT e as instituições sociais e práticas litúrgicas do antigo Oriente Próximo. Contudo, não devemos exagerar nestas similaridades e concluir que quando os profetas estavam preservando o conteúdo das Escrituras eles simplesmente eram vítimas do seu ambiente social e religioso. O próprio testemunho das Escrituras era de que Deus mesmo estava utilizando o que era acessível aos profetas dentro do seu devido ambiente para comunicar uma mensagem especial ao Seu povo. Obviamente, Deus não removeu os profetas do ambiente cultural em que viviam. Deus utilizou uma linguagem religiosa, cúltica e social que era comum, mas a investiu com o significado e a mensagem que Ele queria transmitir ao Seu povo. Portanto, é importante, no estudo da linguagem, dar prioridade ao próprio texto bíblico e então explorar possíveis paralelos.

Alguns dos paralelos entre as práticas e crenças de Israel e do antigo Oriente Próximo sugerem a possibilidade de uma origem comum. *Cada religião expressava o que originalmente era uma prática ou crença básica num modo peculiar, introduzindo diferenças significativas, mas preservando algumas similaridades. Naqueles casos, mediante revelação divina, as práticas ou crenças eram despojadas de suas distorções pagãs a fim de usá-las como um veículo adequado para comunicar a mensagem divina.*

O nosso estudo das práticas do antigo Oriente Próximo e seu possível relacionamento com o texto bíblico sugere que no AT Deus, mediante Sua obra de revelação e inspiração, lidou com antigas práticas pagãs de diferentes modos e que Ele as utilizou para diferentes propósitos. Dentre as maneiras pelas quais Deus as abordou, encontramos as seguintes:

1. *Rejeição e Condenação de Idéias Pagãs:* Um elevado número de práticas do antigo Oriente Próximo foram rejeitadas por Deus no AT. Por exemplo, o consultar o espírito dos mortos era um ato religioso comum, mas em

Israel Deus o rejeitou (Dt 18:10-11). Não sabemos da extensão da prática do sacrifício infantil em Canaã, mas o Deus de Israel Se lhe opôs como um dos pecados mais sérios, uma ofensa contra Ele próprio que resultava na exterminação da pessoa (Lv 20:1). A lista poderia ser estendida, mas não é necessário. É evidente que os profetas e o povo de Israel estavam em certo sentido informados acerca da religião das nações vizinhas, e o próprio Deus rejeitou a maioria das suas convicções religiosas.

2. *Polêmicas contra Idéias Pagãs*: Por vezes não era suficiente ao Senhor proibir o Seu povo de seguir as práticas dos cananitas. Ele utilizava os profetas para que estes se empenhassem numa polêmica de ataque contra algumas das práticas e crenças religiosas das nações vizinhas aos israelitas. Deus deu uma ordem específica contra a adoração de imagens, mas visto que a tentação era um apelo tão forte ao Seu povo, Ele mostrou num tom polêmico o absurdo que era A adoração de ídolos. Isaías 46:6-7 apresenta um bom exemplo:

Os que gastam o ouro da bolsa e pesam a prata nas balanças assalarium o ourives para que faça um deus e diante deste se prostram e se inclinam. Sobre os ombros o tomam, levam-no e o põem no seu lugar, e aí ele fica; do seu lugar não se move; recorrem a ele, mas nenhuma resposta ele dá e a ninguém livra da sua tribulação. (Cf. 44:9-20).

Podemos ilustrar o mesmo ponto através da análise do ataque de Oséias contra o culto de fertilidade cananita. Através do profeta, Deus Se revelou como Aquele que envia chuva, fertiliza a terra, e abençoa o Seu povo. Israel é descrito como uma mulher que diz, “Irei atrás de meus amantes, que me dão o meu pão e a minha água, a minha lã e o meu linho, o meu óleo e as minhas bebidas’... Ela, pois, não soube que eu é que lhe dei o trigo, e o vinho, e o óleo, e lhe multipliquei a prata e o ouro, que eles usaram para Baal” (Os 2:5, 8). Yahweh, e não Baal, é Aquele que através do Seu concerto de amor abençoa a terra, os animais, e o Seu povo. Portanto, não há necessidade de o povo de Israel praticar rituais de fertilidade.

3. *Adaptação às Práticas Sociais*: Pôde-se ver que Deus não rejeita todas as coisas das culturas em redor a Israel. *Por vezes Ele tomou uma regulamentação legal ou prática religiosa, ou cültica e a redefiniu ou a reconfigurou a fim de comunicar, de um modo confiável, Sua vontade para o Seu povo, ou simplesmente para adaptá-la à teocracia.* Um dos melhores exemplos é a monarquia em Israel. Enquanto no Egito o rei era divino e na maior parte do antigo Oriente Próximo ele estava muito próximo ao divino ou divinizado após a morte, em Israel o rei era o Servo do Senhor, um vassalo de Yahweh, o verdadeiro rei de Israel. O conceito que o antigo Oriente Próximo tinha do rei foi retirado e redefinido a fim de torná-lo compatível com a fé israelita. De fato, com respeito a Israel, seria melhor falar de uma monarquia teocrática do que de uma monarquia. Nunca Deus renunciou Sua reivindicação e autoridade como Rei de Israel. Em alguns casos Deus tolerou determinadas práticas sociais más,

contudo, através de legislação tornou-as mais humanas (ex., poligamia, divórcio, escravidão).

4. *Incorporação de Diversos Materiais e Técnicas Literárias: Às vezes Deus selecionava práticas do antigo Oriente Próximo que eram compatíveis com os valores e princípios do relacionamento actual que Ele estabeleceu com Israel.* Em Provérbios temos uma coleção de máximas que podem ter sido escritas por um não-israelita, mas o escritor bíblico, sob a inspiração do Espírito, as incorporou ao livro (Pv 30:1-33; cf. 31:1-9). *Técnicas literárias e formas utilizadas na literatura cananita também foram empregadas pelos profetas para expressar a mensagem que o Senhor lhes deu.*

Através de um estudo cuidadoso de cada paralelo específico podemos determinar qual das quatro reações prévias às práticas do antigo Oriente Próximo está presente no texto bíblico. *Portanto, o significado de um texto bíblico é determinado pelo seu próprio contexto bíblico, porque é lá apenas que podemos obter informação sobre o modo pelo qual Deus utilizou material proveniente da cultura do antigo Oriente Próximo. Quando reconhecemos que Deus estava diretamente envolvido no processo de rejeitar, polemizar, adaptar, reformular e incorporar algumas práticas culturais, religiosas, cúlticas e legais do antigo Oriente Próximo, nós podemos honrar a natureza divina da Escritura e justificar a necessidade de nos submeter a sua autoridade.*